



## Observatório de Política Exterior do Brasil

### – Informe de Política Externa Brasileira –

Nº 296

18/03/11 a 24/03/11

#### Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

**Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.**

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorandos em Relações Internacionais: André Cavaller Guzzi (City University of New York), Flávio Augusto Lira Nascimento (Universidade de São Paulo – USP)

Mestre em Relações Internacionais: Leonardo Ulian Dall Evedove (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP)

Mestrandos em História (UNESP, Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista CAPES);

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Lívia Peres Milani, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida, Thassia Bollis.

#### **Brasil absteve-se de votação na ONU sobre crise na Líbia**

No dia 17 de março, o Brasil absteve-se da votação que aprovou no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) a resolução proposta por França, Reino Unido e Líbano que determina a criação de uma zona de exclusão aérea na Líbia. Antes de decidir pela abstenção,



## Observatório de Política Exterior do Brasil

representantes do Brasil no CSNU mantiveram negociação com outros países, em especial Índia e China, para afinar uma posição conjunta. Segundo a embaixadora brasileira na ONU, Maria Luiza Viotti, a resolução foi considerada ampla em termos do uso da força, uma vez que permite tomar todas as medidas necessárias para proteger áreas civis e impor militarmente um cessar-fogo ao governo de Kadafi. Segundo a embaixadora, a resolução pode trazer mais riscos do que benefícios para o fim do conflito. No mesmo dia, o Itamaraty emitiu um comunicado explicando que a abstenção brasileira não deve ser interpretada como apoio ao comportamento das autoridades líbias nem como negligência em relação à necessidade de proteger a população civil. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, afirmou que a solução para o conflito na Líbia deve acontecer por meio do diálogo com o governo de Kadafi. Conforme Patriota, Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) uniram-se em torno da proposta russa que repudia o processo de intervenção na Líbia ao argumentar que as intenções da já aprovada resolução não são em si proteger os civis, mas derrubar o regime (Correio Braziliense – Mundo – 18/03/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 18/03/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 19/03/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 20/03/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 18/03/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/03/2011).

### **Brasil hesitou em assinar investigação de abusos no Irã**

No dia 18 de março, o Brasil hesitou em co-patrocinar resolução na Organização das Nações Unidas (ONU) que cria investigação sobre as violações aos direitos humanos pelo Irã. O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, declarou que as negociações com os iranianos mediadas por Brasil e Turquia haviam obtido avanços para a solução do impasse, mas as sanções da ONU não obtiveram o mesmo sucesso (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/03/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/03/2011).

### **Brasil cobrou reformas em organismos de governança global**

No dia 19 de março, os presidentes Barack Obama e Dilma Rousseff emitiram um comunicado oficial conjunto que confirma o apreço estadunidense pela aspiração brasileira de adquirir um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Em seu pronunciamento, a presidente Dilma Rousseff cobrou, de maneira explícita, reformas nos organismos de governança global, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e se disse preocupada com a lentidão do processo que mantém as instituições como representantes de um mundo antigo. Durante a primeira visita de Barack Obama ao Brasil, a presidente criticou também a política monetária estadunidense, afirmando que a mesma vem causando uma valorização exagerada do real ao injetar dólares na economia, que conseqüentemente acabam sendo investidos no Brasil. Mesmo após o anúncio



## Observatório de Política Exterior do Brasil

das intenções de Obama de ter o Brasil como fornecedor de petróleo, Rousseff acentuou suas críticas, afirmando que as ações das políticas econômicas americanas desgastam as boas práticas econômicas e forçam os países a ações protecionistas (Folha de S. Paulo – Poder – 20/03/2011; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/03/2011).

### **Itamaraty pediu cessar fogo na Líbia**

No dia 21 de março, o Itamaraty divulgou em nota oficial sua expectativa pelo fim dos ataques à Líbia. A nota pede o cessar-fogo por parte da coalizão que objetiva evitar ataques do presidente líbio, Muamar Kadafi, a dissidentes armados. O texto reiterou a posição do Brasil de que apenas o diálogo e negociações solucionarão essa questão. Foi alegado que os ataques da coalizão não pararam Kadafi e trouxeram danos à população civil. A nota também reforça o apoio às missões de negociação enviadas pela Organização das Nações Unidas e pela União Africana. Ademais, o chanceler Antonio Patriota, principal responsável pela iniciativa, vem mantendo contatos com todos os países que compartilham do ponto de vista brasileiro com relação à questão, muitos dos quais também divulgaram mensagens pelo cessar-fogo. Patriota afirmou que espera uma transição pacífica na Líbia, justificando que a intervenção armada pode ocasionar manifestações locais. A presidente brasileira, Dilma Rousseff, também reiterou o pedido de cessar-fogo no país africano e de uma resolução pacífica durante visita a Manaus. Rousseff aproveitou a situação para dizer que é inconcebível o Brasil continuar sem um assento permanente após a reforma no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, o Itamaraty afirmou que mantém um embaixador na Líbia para tornar possível um diálogo com o país africano (Correio Braziliense – Mundo – 23/03/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 22/03/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/03/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/03/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/03/2011; Folha de S. Paulo – 24/03/2011).

### **Rousseff e Obama discutiram comércio bilateral**

Nos dias 19 e 20 de março, durante a visita de Barack Obama ao Brasil, foram assinados 10 acordos, dentre os quais se destacam a criação da Comissão Brasil–Estados Unidos para Relações Econômicas e Comerciais e o acordo para o desenvolvimento de biocombustíveis de aviação. Durante a visita também foi abordado o tema da possível compra de caças estadunidenses pelo governo brasileiro. Segundo a presidente brasileira, Dilma Rousseff, a compra seria uma maneira dos dois países explorarem interesses específicos e construir uma relação concreta em transferência de tecnologia e capacitação de recursos humanos. Outro assunto discutido entre os presidentes foi o das barreiras sanitárias à importação de carne bovina



## Observatório de Política Exterior do Brasil

brasileira *in natura*, sendo que o fim destas é reivindicado pelo Brasil há anos e houve sinalização do governo de Obama para a queda das mesmas (Correio Braziliense – Mundo – 22/03/2011; Folha de S.Paulo – Mundo – 22/03/2011, Folha de S.Paulo – Mercado - 22/03/2011; O Estado de S.Paulo – Mundo – 22/03/2011).

### **Brasil não impôs barreiras para alimentos importados do Japão**

No dia 23 de março, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou que o Brasil não adotou medidas proibitivas para a importação de produtos alimentícios japoneses. Tal postura deve-se ao fato dos produtos alimentícios importados do Japão não estarem na lista de alimentos com radiação nuclear. Entretanto, a Anvisa declarou que está acompanhando as investigações das autoridades sanitárias internacionais e monitorando a importação dos produtos alimentares provenientes do país asiático (Correio Braziliense – Mundo – 24/03/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/03/2011).